

REVISITANDO A HISTÓRIA PARA REPENSAR A FORMAÇÃO SINDICAL NO PRESENTE

Silvia Maria Manfredi¹

A história e as práticas de educação sindical (também designada formação sindical) fazem parte de minha experiência como educadora e pesquisadora. Como formadora exerci junto com outros companheiros/as atividades de formação sindical e, como pesquisadora, dediquei-me durante as décadas de 80 e 90 a estudos e pesquisas sobre a história da educação nos sindicatos brasileiros. É a partir dessa minha trajetória que escrevo este artigo, mesclando experiência, pesquisa e teorização, através de minha vivência no movimento operário-sindical, desde os anos de chumbo até meados dos 90.

Iniciei minha formação pessoal e política atuando como alfabetizadora de adultos no MOVE – Movimento de Educação. Este movimento, levado a efeito entre 1965-1969, adotou o método criado pelo educador Paulo Freire e tinha por objetivo conscientizar, através da alfabetização, adultos de comunidades rurais e das periferias de alguns centros urbanos no Estado de São Paulo. Protagonizado por um grupo de estudantes universitários da PUCSP e USP, realizou várias campanhas de alfabetização com camponeses, pescadores e trabalhadores urbanos, até ser interdito durante a ditadura. Após a experiência em movimentos de alfabetização e resistência, durante os anos de chumbo, me aproximei da educação em sindicatos no início dos anos 80.

A porta de entrada para o movimento sindical foi minha participação no DIEESE (início da década de 1980). Esse departamento intersindical foi criado na década de 1950, como centro de pesquisas socioeconômicas e estatísticas e de consultoria para sindicatos de todas as categorias profissionais, regionais e nacionais. Com o tempo, em função das necessidades do próprio movimento operário-sindical em formar os seus dirigentes e militantes, criou-se um departamento de formação, mais tarde denominado Escola do DIEESE.

Naquela época, soube que no sindicato dos metalúrgicos de São Paulo realizavam-se cursos de formação para os associados, utilizando o “método de Freire”. Intrigada, interessei-me em conhecer o trabalho educativo que faziam. Através do DIEESE, como pesquisadora, comecei a frequentar os cursos como observadora-participante. Em seguida, fui convidada a colaborar como formadora e a projetar novos cursos de formação, em sindicatos do Estado de São Paulo: metalúrgicos, bancários, químicos, professores. Também colaborei

REVISTA CIÊNCIAS DO TRABALHO Nº 27
MAIO DE 2025

¹ Profa. Dra. Livre-Docente aposentada da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp (SP) e Presidente do Instituto Paulo Freire, Itália.

durante os primeiros anos de fundação da Escola do Dieese. Nasceu, assim, o interesse em pesquisar e escrever sobre a história dessa educação dos trabalhadores, pouco conhecida (até mesmo pelos próprios trabalhadores) e silenciada na grande maioria dos manuais de história do nosso país.

A experiência como formadora em diversas entidades sindicais e na Escola foi extremamente enriquecedora e me marcou pessoal e profissionalmente. Deu início a uma nova fase de trabalho com atividades de formação, de planejamento de cursos, seminários, pesquisa participante e influenciou minha produção acadêmico-científica.

Apontamentos sobre a história da educação em sindicatos

Enquanto prática, a educação sindical faz parte da própria história do movimento operário-sindical brasileiro. Já no início do século XX, mais especificamente entre 1906 e 1920, predominavam no movimento sindical brasileiro as propostas educativas dos grupos libertários.

O projeto de educação dos libertários (principalmente dos anarcossindicalistas) combinava a educação para a ação sindical (ou seja, formação político-sindical, através da imprensa operária, dos congressos, dos centros de estudos), com a educação escolar destinada às crianças (escolas modernas) e aos adultos (universidade popular), num projeto global, classista, autônomo e independente do Estado. Além disso, tais práticas educativas articulam-se com outras práticas culturais massivas e populares (teatro, música, festivais de poesia, piqueniques etc.) que eram promovidas pelos libertários nos bairros onde os operários residiam.

Já entre os comunistas, a tônica foi outra. À medida que o Partido Comunista Brasileiro se foi consolidando como entidade partidária (a partir de 1922), por influência da vitória da revolução russa em 1917, no que diz respeito às questões educacionais, esse partido passou a definir duas linhas de atuação: uma, no âmbito da sociedade como um todo, atuando em defesa da escola pública e na defesa de políticas educacionais que lhe dessem suporte; outra, voltada para a formação política de seus quadros, procurando formar novos militantes através de cursos e periódicos. A necessidade de formar seus próprios quadros fez com que essa corrente relegasse para segundo plano projetos educativos mais abrangentes voltados para a educação sindical de base. Nesse sentido, tanto durante o período de resistência (entre 1935 e 1954), quanto no período em que tiveram a hegemonia no movimento (de 1958 até 1964), os comunistas faziam a formação de seus militantes sindicais por meio de iniciativas organizadas e desenvolvidas nos partidos (PCB, PC do B). Esses cursos, segundo seus próprios ex-militantes, eram desvinculados das

necessidades e da vitalidade do movimento sindical de cada período. Assim, afirma um ex-dirigente comunista:

Os cursos partidários não tinham nada a ver com os cursos que nós fazíamos como militantes do Partido. Éramos, nós, trabalhistas, getulistas que fazíamos isso, claro que os comunistas tinham um maior peso porque tinham mais informação e formação. Então, nesse sentido, o valor do curso partidário era imenso, pois dava formação política, assim militante comunista acabava pela competência e formação tendo hegemonia. Contudo, o trabalho sindical era feito por um conjunto. O curso sindical era feito por pessoas que não pertenciam só ao PCB, eram feitos por trabalhistas, getulistas, e, em determinados momentos, a partir de 60, até por católicos.²

Devido à inexistência de uma política de formação sindical por parte dos dirigentes que formavam o bloco dos nacionalistas, as iniciativas de educação sindical ficavam na dependência de cada sindicato em particular. Contudo, no período pré-64, constatamos a existência de duas características da educação sindical: primeiro, a existência num grande número de sindicatos, mesmo naqueles dirigidos por comunistas, de atividades educativas programadas e desenvolvidas pelo Ministério do Trabalho (cursos de C.L.T., Previdência Social, Acidentes de Trabalho). Em segundo lugar, o predomínio de um tipo de atividade educativa autônoma, os Congressos Sindicais. Tais congressos (de categorias ou intercategorias) eram centrados em pautas de discussão voltadas para as reivindicações trabalhistas e sindicais da classe trabalhadora, principalmente no período 1961/1964.

No que se refere às correntes não hegemônicas, convém ainda destacar o papel que a Igreja Católica teve no que diz respeito à educação sindical. Essa instituição, historicamente, sempre se fez presente no movimento, atuando inicialmente numa perspectiva mais conservadora, através dos Círculos Operários, cuja origem data de 1932. Tal movimento educativo articula-se em oposição à Federação Operária, de orientação comunista, e ganha maior espaço institucional no governo de Vargas, durante o Estado Novo. Atuando à margem dos sindicatos oficiais e centrando suas atividades educativas no campo assistencial e de evangelização, os Círculos sempre se constituíram como um movimento de oposição às tendências de esquerda, pregando a harmonização entre o capital e o trabalho. O movimento fica enfraquecido com a morte de Vargas, mas no período pré-64 contará com o apoio de entidades patronais conservadoras, que financiaram e apoiaram tecnicamente a formação da escola sindical de líderes, a ELO, no Estado de Minas Gerais. Algumas dessas escolas existem até nossos dias. Muitos dos líderes sindicais, que vieram a ocupar os sindicatos sob intervenção após o golpe civil-militar de 1964, tiveram sua ca-

² Entrevista cedida à autora por Hércules Correa em 1989.

pacitação realizada nos Círculos Operários.

A vertente mais progressista da Igreja organiza-se em fins da década de 40 e início de 50, através dos seguintes movimentos: Juventude Agrária Católica (JAC); Juventude Operária Católica (JOC); Juventude Universitária (JUC), entre outros. Esses movimentos ganham vulto e ampliam seu campo de atuação na área de educação sindical no período anterior a 1964. Entre eles, convém destacar a JOC, que teve maior influência no interior do movimento operário-sindical entre 1961/1964, tendo influenciado nos períodos posteriores de resistência, durante o golpe, as experiências celulares de educação realizadas através das Comunidades Eclesiais de Base e da Pastoral Operária, na década de 70.

A experiência educacional da JOC revela-se importante não só pela sua abrangência nacional, mas por ter desenvolvido uma pedagogia popular mais voltada para o trabalhador comum. Nos locais de trabalho ou de moradia, a proposta e as experiências educativas mais expressivas serão propiciadas não só pelos setores pertencentes à ação católica (JAC, JUC, JOC e ACO), mas também pelos movimentos de educação e cultura popular (dos anos 60), Centros de Cultura Popular da União Nacional dos Estudantes (UNE) e Uniões Estaduais de Estudantes (UEE), Movimento de Cultura Popular do Recife; Movimento de Educação de Base e dos Centros de Estudos e Cultura Operária (no Estado do Rio de Janeiro); Programa Nacional de Alfabetização, coordenado por Paulo Freire. Tais iniciativas, voltadas para a criação de uma “pedagogia popular” e a articulação entre arte, cultura e política, foram a expressão de segmentos dos “setores médios” da sociedade brasileira – estudantes, intelectuais, artistas – que, em nome de seu próprio processo de engajamento político, faziam “da educação e da arte popular” veículos para estimular a politização e a participação das classes populares (tanto do setor rural como do urbano).

Até 1964, convém ainda lembrar a presença de entidades externas ao movimento que desenvolviam atividades de educação no seu interior: entidades patronais (SESI, SENAI); governamentais (Ministério do Trabalho, Delegacias Regionais do Trabalho etc.); educacionais (Universidades e Institutos – sendo o Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB, o mais mencionado) e entidades sindicais internacionais americanas. O Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (IADESIL) e American Federation of Labor – Congress of Industrial Organizations (AFL-CIO) financiam a criação do Instituto Cultural do Trabalho em 1963.

No período que vai de 1964 a 1974, desarticulam-se muitas das agências acima mencionadas, por força da intensa repressão que recaiu sobre o movimento operário-sindical e os demais setores da sociedade civil.

Nesse período, algumas entidades sindicais intensificam a prestação de serviços educativos através de cursos de 1º e 2º graus regulares e supletivos e cursos pré-vocacionais.

Contudo, será a partir de 1975, durante o período de resistência, que algumas entidades sindicais começam a desenvolver atividades voltadas para as demandas do próprio movimento, cursos intensivos, seminários, congressos e palestras, com o objetivo de treinar dirigentes, militantes e ativistas sindicais e reativar a reorganização dos trabalhadores. Cabe aqui ressaltar o papel que o Departamento Intersindical, de Estatística e Estudos Socioeconômicos teve nesse processo, bem como os grupos da pastoral operária, as comunidades eclesiais de base e as entidades civis e autônomas de educação e assessoria, que se estruturam no final da década de 70.

A tendência das próprias entidades sindicais a assumirem a responsabilidade de “capacitar e formar” dirigentes, e trabalhadores intensifica-se com o ascenso do movimento sindical e grevista após 1978/1979.

O período de 1982 a 1989, foi um período de lutas pela redemocratização, reconquista das direções sindicais controladas por interventores, movimentos em prol das eleições diretas, reorganização político-partidária e delimitação dos campos políticos no movimento sindical, com a realização da CONCLAT – Conferência Nacional da Classe trabalhadora.

Durante a CONCLAT, organizam-se três grandes articulações para a criação das centrais sindicais: Central Única do Trabalhadores (1983), Central Geral do Trabalho (1989), hoje denominada Central Geral de Trabalhadores, e Força Sindical (1991). Sob a égide da Constituição de 1988, criaram-se novas entidades sindicais, sindicatos, federações e centrais sindicais.

Atualmente, existem mais três centrais sindicais: União Geral de Trabalhadores (2007); Central de Trabalhadores Brasileiros (2007); Nova Central Sindical de Trabalhadores (2013). Há mais de um ano a CTB fundiu-se com a CGTB.

Com a institucionalização das várias conquistas do movimento operário sindical, entre as quais a estruturação efetiva das centrais sindicais Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), a formação sindical passa por um processo de redefinição e pela necessidade de estabelecer uma política nacional de formação. A primeira a tentar defini-la foi a CUT, que, em março de 1986, realizou o I Encontro Nacional da Secretaria de Formação. Hoje, a Central já possui suas estruturas formativas e uma política nacional de formação. A CGT chegou a realizar algumas experiências significativas em alguns de seus sindicatos filiados, como o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. A Força Sindical, criada em março de 1991, também formulou uma política de formação sindical, já que essa preocupação consta de seus estatutos. Entre as entidades do campo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG) sempre privilegiou e desenvolveu atividades de formação.

A década de 90, foi um período de avanço e redefinição conceitual e metodológica da formação sindical. As atividades aumentaram consideravel-

mente, seja do ponto de vista quantitativo, como do qualitativo. Algumas centrais criaram departamentos de formação em vários sindicatos, federações e confederações. Desenvolveram-se atividades específicas para dirigentes, militantes, trabalhadores de base e houve também a preocupação com a formação de dirigentes e militantes para capacitá-los a planejarem e desenvolverem atividades educativas. Além disso, houve um grande investimento de algumas centrais sindicais em projetos e atividades de formação profissional.

A partir da segunda metade dos anos noventa e início dos anos 2000, algumas centrais sindicais (CUT, Força Sindical e CGT) e Confederações, notadamente a CONTAG e Confederação dos metalúrgicos da CUT, passaram a executar programas de formação profissional, diferenciados quanto a concepções, propostas político-pedagogias, programas de atividades, setores e grupos sociais atingidos. O protagonismo ativo das centrais nesse setor – ora como agentes formadores, ora como proponentes de políticas públicas de qualificação profissional e de geração de renda e trabalho – foi significativo, pois diferenciou-se da perspectiva dos setores empresariais. Tais iniciativas, propiciaram o desenvolvimento de políticas governamentais na ótica do trabalho, delineando uma alternativa histórica de educação básica e profissional orientada pelos interesses dos trabalhadores.

Ainda que de modo sucinto, esta breve recuperação histórica, permite extrair alguns ensinamentos importantes.

O primeiro, tem a ver com a afirmação de uma estratégia educativa própria e autônoma em relação às outras instâncias da sociedade brasileira. No seu caminho de autonomização e reorganização o movimento sindical construiu projetos e perspectivas, ainda que diferenciadas, em função de suas necessidades e perspectivas político-organizativas e de gestão, independentes das demais estruturas e propostas institucionais. Essa autonomia gestional e política da formação sindical me parece uma conquista histórica recente a ser considerada. Por outro lado, tais atividades foram essenciais para a formação de quadros dirigentes e militantes, que se tornaram protagonistas não só para fortalecer o movimento dos trabalhadores, mas também para se inserir na arena político-institucional nacional, a partir dos anos 2000. Muitos desses resultados se devem não só à grande capacidade de organização e luta do movimento nas décadas de seu ascenso, mas também ao grande investimento que se fez na formação sindical.

Por outro lado, olhando o período sob a lente de sua repercussão na sociedade e na política em geral, pode-se afirmar também que tiveram uma influência nas políticas públicas de educação, nos setores: educação no campo, educação de grupos identitários, educação e formação profissional para jovens e adultos. Esse protagonismo também merece ser assinalado, pois trata-se de uma novidade histórica em relação a outros períodos. As experiências e propostas vivenciadas nos sindicatos e movimentos transbordaram para o

plano institucional, surgindo como anúncio de vozes em prol de visões educativas marcadas pelo campo do trabalho, diferenciando-se dos demais projetos em disputa na sociedade. Extrapolando os limites das organizações de trabalhadores e dos mundos do trabalho, entraram no campo das alternativas de projetos históricos de educação em geral, com a marca não mais das elites, mas dos trabalhadores.

Ressaltar os pontos positivos não significa deixar de lembrar os desafios e dificuldades do presente, marcado por uma certa estagnação da última década, ainda que o processo de globalização da economia tenha afetado os mundos do trabalho gerando grandes desafios para as organizações sindicais e para os trabalhadores em geral. A partir das metamorfoses pelas quais vem passando a classe trabalhadora e o movimento dos trabalhadores, e de todos os seus desafios econômicos, sociais, políticos e culturais, me pergunto como repensar a formação sindical, no contexto e momento presentes.

A formação sindical, uma dentre as dimensões da educação dos trabalhadores

O trabalho constitui a instância pela qual o trabalhador se constitui como sujeito – um trabalhador metalúrgico, químico, da construção civil. Constitui um processo rico de educação que comporta múltiplas dimensões: a passagem pela escolarização formal, a vivência na família, a vivência em agrupamentos coletivos nos bairros, nas igrejas, nos partidos políticos e movimentos. Fazem parte de sua educação, as aprendizagens adquiridas através da participação/envolvimento em embates/lutas no local de trabalho, nas greves por fábricas, por categorias, movimentos e lutas pela moradia, transporte, educação, saúde etc.

É na teia constituída por essas lutas que se forjam as condições para a tomada de consciência do que significa ser trabalhador (como sujeito coletivo). Estamos aqui nos referindo aos processos em que os trabalhadores conquistam uma nova identidade social e política, à medida que se organizam e lutam coletivamente para defender seus direitos, interesses e vontades.

Essa aprendizagem que se dá no cotidiano e nos momentos de embates envolve ensinamentos adquiridos na vivência, como também está perpassada por um conjunto de práticas e experiências educativas que compreendem uma reflexão e teorização mais sistemática. Essas práticas que ocorrem no interior do movimento operário-sindical é que

podemos chamar de formação sindical. Além do “saber de experiência feito”, como diria Paulo Freire, também comportam atividades educativas mais sistemáticas, intencionalmente programadas, como congressos de trabalhadores, cursos, seminários, palestras etc., promovidos por entidades de classes e/ou organizações culturais criadas para tais fins. Caberia ainda incluir, entre as atividades de formação sindical, aquelas iniciativas que visam à formação político-cultural dos trabalhadores e que se destinam a grandes públicos – telecursos, imprensa sindical, programas de rádio e TV, iniciativas feitas através das redes e atividades telemáticas.

Qual o papel e a importância da formação sindical?

A história dos trabalhadores, em geral, também nos mostra que a organização coletiva dos trabalhadores tem um papel fundamental na conscientização e formação dos trabalhadores como sujeitos coletivos. Individualmente, qualquer trabalhador pode crescer e se formar profissionalmente e como cidadão; contudo, será através de sua participação em entidades sindicais que ele se transformará de sujeito de seu trabalho em sujeito coletivo. O que entendemos por isso? “A união faz a força”, “organização e ação coletiva” são dois mo-tes essenciais para explicitar o conceito de sujeito coletivo. Trabalhadores que se associam a uma entidade sindical compartilham com outros trabalhadores objetivos, interesse, valores e/ou experiências e agem juntos para alcançar tais objetivos. Portanto, unindo-se constroem uma identidade comum, perseguem objetivos compartilhados, agem juntos para alcançá-los e desenvolvem uma consciência coletiva, ou seja, uma percepção de fazerem parte de um grupo de trabalhadores de uma mesma categoria e de um todo maior de uma classe social, a dos trabalhadores.

Historicamente, tem sido o papel dos sindicatos promover a união e a solidariedade dos trabalhadores, como sujeitos coletivos; um processo de conscientização que garante a possibilidade de se reconhecerem como pertencentes a uma classe que vive do trabalho e que ocupa uma posição fundamental no interior das sociedades em geral. Que possui uma cultura própria, projetos de vida e de sociedade distintos das demais classes sociais.

Dito isso, penso que as atividades de formação sindical planejadas e organizadas em entidades sindicais podem vir a ter um papel importante, junto com as demais ações sindicais (contratação e negociações coletivas, organização nos locais de trabalho, representação institucional etc.) para promover:

A edificação de uma identidade comum:

- difundindo a importância do trabalho nas sociedades contemporâneas e aquela específica de sua categoria;
- conscientizando dos direitos sociais e trabalhistas;
- propiciando a organização e a troca de informações e experiências entre os próprios trabalhadores;
- esclarecendo a função e papel dos sindicatos de trabalhadores;
- difundindo as conquistas da categoria e da classe trabalhadora;
- preservando história e memória;
- possibilitando a discussão de visões e posições político-ideológicas diferentes existentes no interior das entidades sindicais, do próprio movimento e da sociedade.

A organização de ações coletivas:

- garantindo a apropriação de códigos socioculturais importantes para resistir, organizar, lutar etc.
- incentivando a participação na elaboração da agenda sindical, na elaboração de propostas e estratégias de ação;

O planejamento participativo e democrático:

- desenvolvendo atividades e habilidades tais como: orientar, dirigir e organizar debates, reuniões; sistematizar e expressar opiniões; analisar e criticar dados e informações;
- incentivando a troca e o diálogo entre dirigentes, militantes e trabalhadores associados;
- estimulando a participação em espaços e mecanismos de consulta e gestão colegiadas;

As conexões entre sindicato e cidadania:

- propiciando debates e informações sobre políticas públicas essenciais, no âmbito de educação, emprego, economia solidária,

entre outros;

- difundindo experiências e conhecimentos vivenciados nos âmbitos acima, com o intuito de inspirar e propor políticas públicas na ótica dos trabalhadores.

Tais considerações sobre a natureza e o papel da formação sindical são muito abrangentes e podem não ser consensuais, embora extraídas das experiências históricas do movimento operário-sindical ao longo de décadas. Além disso, tenho plena consciência de que dependem das concepções e projetos de sindicalismo que orientam as diferentes organizações sindicais. Outrossim, podem também variar dependendo do contexto e do momento histórico em que se insere o movimento no âmbito da sociedade brasileira. A história nos mostra, também, que existem embates e finalidades diferenciadas e muitas vezes em contraposição político-ideológica.

Expresso aqui uma visão pessoal, enfim, uma declaração de princípios derivada de uma experiência histórica vivenciada e que muitos dentre nós tentaram impulsionar em décadas passadas; mas, também, alicerçada em pesquisas sobre a história do movimento dos trabalhadores brasileiros e no mundo ocidental; contudo, sujeita a debate, confronto e revisão.

Apesar da complexidade do momento histórico presente, reafirmo a importância e a necessidade de investir em políticas de formação sindical nas diferentes instâncias do movimento sindical. Não tenho respostas prontas e penso que essa busca deva ser coletiva. Contudo, ao concluir este breve texto, gostaria de enunciar algumas questões, como minha contribuição para reflexão e debate.

1. Qual a importância da formação sindical hoje para as entidades sindicais e para os trabalhadores?
2. A formação e as atividades propostas e realizadas atendem aos interesses dos trabalhadores sindicalizados? E demais trabalhadores?
3. Em que medida estão propiciando o avanço e revitalização:
 - das próprias organizações sindicais: no âmbito da participação, compromisso, atuação e difusão nos locais de trabalho; transmissão de memória e história para os trabalhadores jovens; intercâmbio geracional de experiências e vivências?
 - da sociedade em geral: participação e envolvimento nas lutas

e reivindicações de direitos trabalhistas e sociais; projetos de construção de sociedades inclusivas e democráticas?

4. Como integrar e/ou associar propostas de formação sindical presenciais com aquelas feitas através das redes sociais e meios informáticos?

REVISITANDO A HISTÓRIA
PARA REPENSAR A
FORMAÇÃO SINDICAL NO
PRESENTE

O intento de minha contribuição pessoal e profissional é problematizar, dialogar e incentivar a reflexão coletiva, pois assim fazendo novas perspectivas e possibilidades podem nascer e germinar.